



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO”
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA
DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO
PROFESSOR: FLÁVIO CARREIRO DE SANTANA

MARBIA FÉLIX FALCÃO FERREIRA

DOCENTE EM FORMAÇÃO:
RELATOS DE EXPERIÊNCIA DO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

GUARABIRA-PB

2015

MARBIA FÉLIX FALCÃO FERREIRA

**DOCENTE EM FORMAÇÃO: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO**

Relatório apresentado à disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório e posto em apreciação na qualidade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Licenciatura Plena em História da UEPB, orientado pelo professor Dr. Flávio Carreiro de Santana.

GUARABIRA-PB

201

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F178d Ferreira, Marbia FÉlix Falcão
Docente em formação: relatos de experiência do estágio supervisionado obrigatório [manuscrito] / Marbia Felix Falcão Ferreira. - 2015.
21 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.
"Orientação: Flávio Carreiro de Santana, Departamento de HISTORIA".

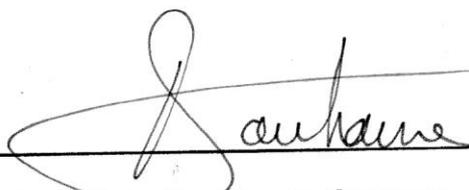
1. Professor. 2. Educação. 3. Estágio. I. Título.

21. ed. CDD 370

MARBIA FÉLIX FALCÃO FERREIRA

**DOCENTE EM FORMAÇÃO: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO**

Aprovado em 17/06/2015



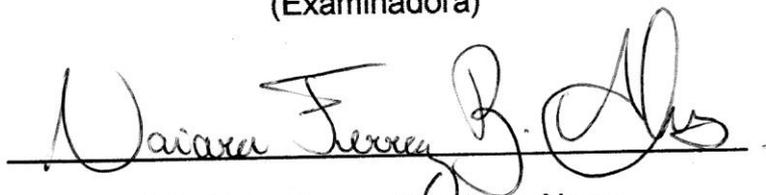
Dr. Flávio Carreiro de Santana

(Orientador)



MS. Luciana Calissi

(Examinadora)



MS. Naira Ferraz Bandeira Alves

(Examinadora)

GUARABIRA-PB

2015

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	5
3. O ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR	7
3.1 Estágio e Docência	9
3.2 - O Estágio como Parte Formadora do Professor	11
4. REGÊNCIA DAS AULAS	12
4.1. <i>Primeiro encontro de Regência</i>	12
4.2. <i>Segundo encontro de Regência</i>	14
4.3. <i>Terceiro encontro de regência</i>	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
6. REFERÊNCIAS	16
7. ANEXO	17
7.1 PLANO DE AULA	17

1. INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado Orientado tem como intuito propiciar ao acadêmico uma experiência no seu futuro campo de atuação profissional. Essa é uma exigência do curso de licenciatura e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº9394/96).

Esse estágio é subdividido em duas etapas: a primeira é caracterizada pela observação da prática do professor, do funcionamento da escola e todo cotidiano escolar; enquanto na segunda fase, o aluno-estagiário passa a intervir mais diretamente nesse processo de ensino-aprendizagem, através da regência e do planejamento de novas ações pedagógicas, que serão colocadas em prática na escola campo.

Essa fase de regência nos permite confrontar a teoria e a prática, pois durante todo curso de licenciatura surgem inúmeros questionamentos em relação ao ensino de História, e somente no estágio é possível um contato significativo com a realidade docente. Essa experiência é de suma importância, pois todo esse conhecimento adquirido influenciará na construção da própria identidade profissional.

O presente trabalho tem por objetivo relatar as atividades desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado (Regência), que foi realizado na turma do 1º ano do Ensino Médio, com carga horária de 8 horas/aulas, sendo ministradas nos dias 21 (vinte e um) de maio a 04 (quatro) de junho de 2014 (dois mil e quatorze), no turno da noite, na **Escola Estadual de Ens. Fundamental e Médio Mons. Odilon Alves Pedrosa**, situado na Rua Padre Zeferino Maria (n/375), centro, cidade de Sapé – PB.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

O Estágio de regência foi realizado na Escola Estadual de Ens. Fundamental e Médio Mons. Odilon Alves Pedrosa, localizado na Rua Zeferino Maria (n/ 375), Centro, cidade de Sapé – PB, que encontra – se sob a direção de Ilma de Ornilo Moraes (Gestora escolar).

A estrutura física da escola está dividida da seguinte forma: uma diretoria, uma secretaria, um almoxarifado, uma sala de professores, um laboratório de informática, uma cantina, uma biblioteca, um ginásio poliesportivo e vinte e uma salas de aula, que atendem a uma clientela total de 2.520 alunos, subdivididos em três turnos (manhã, tarde e noite), com três modalidades de ensino: 2ª fase do Ensino Fundamental, Ensino Médio diurno e noturno, e o EJA noturno. É notável o agradável aspecto físico da escola, bem conservado e organizado, todo monitorado por câmeras de segurança, que auxiliam no combate e prevenção da violência escolar. O ambiente das salas de aula precisa ser aperfeiçoado, não é bem arejado e iluminado, não tem ventiladores suficientes e as cadeiras não são confortáveis, dificultando a concentração dos alunos e conseqüentemente o processo de ensino – aprendizagem. Porém, a necessidade primordial é uma adaptação em toda essa estrutura, que possa garantir o conforto e a inclusão de alunos portadores de deficiências físicas.

O corpo discente dessa escola é formado por alunos com faixa etária de 11 a 55 anos, do sexo masculino e feminino, onde a maioria reside na zona urbana. Todos estes frequentam a escola com o devido fardamento, sendo uma exigência da Instituição de Ensino.

No espaço interno da escola, se encontra inúmeros murais expostos, que demonstram mensagens de acolhimento e trabalhos que foram realizados através de projetos pedagógicos. A mesma conta ainda com apoio dos seguintes recursos didáticos: TV, DVD, Aparelho de som, data show, lousas, laboratório de informática, livros e revistas enviados pelo Ministério da Educação.

Seu corpo docente é composto por cinquenta e sete professores, do sexo masculino e feminino, com faixa etária acima de trinta anos, ensino superior completo, concursados em suas respectivas áreas de atuação, o que vem a facilitar o trabalho dos mesmos.

A professora regente de História, a qual me permitiu exercer minha prática em sala de aula, tem 30 anos de idade e é formada em Licenciatura Plena em História.

Além de professores, a escola também possui uma equipe de vinte funcionários, entre estes, vigilantes, merendeiras, auxiliares de serviços gerais e secretárias, com nível de escolaridade fundamental e médio (completo e incompleto), faixa etária acima de 30 anos.

Todas as informações supracitadas nos permitem perceber que a escola campo apresenta uma realidade comum das escolas e do sistema educacional brasileiro, com aspectos positivos e outros que clamam por melhorias. As dificuldades e os desafios são muitos e para superá-los é preciso acreditar na educação e na sua importante contribuição para o indivíduo e para a sociedade.

3. O ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Tocar no assunto da formação docente e do ensino de História na conjuntura de cunho social e histórico na qual se encontra o Brasil, é o mesmo que promover a reflexão a respeito da dinâmica social, bem como da sua relação de modo direto com o chamado processo de formação e atuação profissional do docente, visto que esta dinâmica, sendo composta das questões sociais, políticas, econômicas, além dos conflitos, rupturas, lutas de classes, dentre outras coisas mais, se apresentam ligadas ao processo de formação dos discentes que as escolas recebem e com os quais os professores se relacionam durante o estabelecimentos das suas práticas pedagógicas do dia a dia.

Tratar de tais questões, entendendo-as como sendo produto da dinâmica social é o mesmo que tocar no âmago dos diversos problemas que a educação do Brasil vem vivenciando cada vez com um nível de intensidade maior.

Tendo em vista o nosso atual contexto educacional, percebemos que já não mais é possível continuar enxergando a escola como sendo um campo propício para a efetivação de manifestações preconceituosas, haja vista que a escola possui a formação dos cidadãos – levando em conta as suas concepções mais nítidas e democráticas possíveis - como um os seus princípios básicos. Nós nos encontramos inseridos em uma sociedade em que as manifestações não apenas de cunho político, mas também cultural se apresentam de forma múltipla e variada. Sendo assim, julga-se imprescindível que a construção de uma determinada prática pedagógica privilegie, de forma satisfatórias, as diferenças existentes no ambiente da sala de aula.

As divergências que existem são exemplos de produtos de uma sociedade que, culturalmente, é multifacetada e, conseqüentemente, repleta de várias realidades sociais. Em outras palavras, resulta de um contexto histórico existente que, por sua vez, foi edificado sobre os alicerces sociais discriminatórios, além de excludentes. Deste modo, os valores pertencentes à camada dominante, desde antes, estiveram em primeiro plano, impossibilitando assim, a idealização de uma

sociedade embasada na democracia. Conforme assinala Vasconcelos (2008, p. 119):

A compreensão desse processo histórico nos aponta diretamente para a necessidade de modificar a situação até hoje existente, no sentido de colocar-se a serviço dos interesses das camadas e de um projeto de transformação social.

Nesse sentido, cabe ao professor de História ocupar a posição central no que concerne a análise de tal conjunto, bem como na eventualidade de construção de situações concretas de formas de superação por meio da efetivação da prática pedagógica pelo mesmo desempenhada, dentro do próprio espaço da escola. Pois, conforme destaca Maria Auxiliadora Schimidt (2009, p. 70):

Aprender história pressupõe a construção de uma relação diferenciada com o passado. De modo geral, a forma escolar do conhecimento histórico tem mostrado o passado com algo dado e sem relação com o presente, ou seja, como um passado morto. Por outro lado, o conhecimento histórico apresentado principalmente pelos meios de comunicação, como a televisão, enfatiza visões particularistas sobre o passado, geralmente relacionadas com interesses, preconceitos e estereótipos, trazendo uma forma de passado prático.

Eis certas concepções que precisam ser superadas, pois, muito pelo contrário do que se pensa e postula, a aprendizagem histórica tem algo mais a oferecer. Ela propõe o efetivo desenvolvimento da competência de se orientar no tempo, de modo que ao passo que constrói o mesmo, também o torna importante para nós seres humanos.

Tal superação de forma alguma, deverá configurar um trabalho isolado, tampouco sem denominação. Muito pelo contrário: deverá estar embasado na construção de um trabalho capaz de envolver a comunidade escolar, sobretudo o corpo de professores, por meio de um trabalho de conscientização destes, a respeito da significação e do potencial da ação pedagógica a ser desenvolvidas por eles mesmo no decorrer do seu dia a dia. Destarte, por meio de um trabalho coletivo, as

chances de avanço gradativo, bem como do sucesso de tal empenho, conseguirão resultados que se mostrarão mais consistentes certamente.

Do ponto de vista histórico, a prática educativa sempre foi conduzida de acordo com o contexto histórico e a escola como sendo uma representante maior dos interesses dominantes. A superação dos problemas didáticos e pedagógicos tem que ser uma preocupação recorrente do docente de História, haja vista que são vitais no que toca o processo de ensino e aprendizagem a ser realizado em sala de aula. Entretanto, tal superação só será possível por meio de uma busca intensa da atualização e também da formação continuada do professor, atrelada a uma reflexão e análise de cunho crítico da prática pedagógica, pelo professor adotada.

Fonseca (2004, p. 90) evidencia que é importante considerar a disciplina de História como sendo uma:

Disciplina essencialmente educativa, formativa, libertadora e com capacidade de promover a emancipação do homem. A história possui como papel principal a formação da consciência histórica dos homens, contribuindo de forma significativa para a construção de identidades, elucidação do vivido, intervenção social, assim como praxes individuais e coletivas.

Tais papéis só serão possíveis por meio de um trabalho a ser realizado pelo docente em sala de aula e também através da sua interação com os discentes. É por esse motivo que é importante que o professor busque uma aproximação cada vez maior com as questões ensinadas e a realidade enfrentada por todo o público escolar. Considerar a diversidade sociocultural que se faz presente em cada realidade escolar e promover a adequação das abordagens a serem realizadas em sala a tais realidades, certamente, não vai solucionar os problemas em sua totalidade, porém é o passo primeiro e mais importante a ser tomado por todos que visam a efetivação da inclusão e que lutam pela democracia social.

3.1 Estágio e Docência

Sempre definido como sendo o campo de ordem completamente prática dos cursos de formação de profissionais, de modo geral, e contraposto com o campo da

teoria, vez ou outra escutam os alunos concluintes dos diversos cursos existentes, principalmente, de licenciatura, dizerem que o estágio é algo completamente teórico. Ademais, pontuam sempre que a profissão é apreendida na prática, que certos docentes se apresentam demasiadamente teóricos e que na prática a coisa é outra. Tal argumentação já se tornou algo comum. Isso evidencia que em se tratando da formação de professores, o curso não embasa teoricamente a atuação do profissional no futuro, tampouco toma a prática como referência para a fundamentação teórica, isto é, necessita tanto da teoria, quanto da prática (PIMENTA, 2011).

Percebe-se que os currículos da universidade de formação se transformaram em um aglomerado de disciplinas que, por sua vez, se mostram de forma isolada uma das outras sem que apresentem nexos com a realidade que as originaram. Destarte, não se pode nem as denominá-las de teoria, visto que formam apenas saberes disciplinares em cursos de formação que, de modo geral, se encontram totalmente desmembrados do campo da atuação profissional dos futuros docentes. Nestes, as disciplinas do currículo assumem quase total autonomia em relação ao campo de atuação dos profissionais.

A redução dos estágios às perspectivas da prática instrumental apenas, salienta os problemas existentes na formação do profissional docente. O desmembramento entre a prática e a teoria origina uma espécie de empobrecimento das práticas efetivadas nas escolas; isso, certamente, coloca em foco a carência em se explanar o porquê do estágio ser constituído de teoria e prática, o que significa dizer que o mesmo nem é teoria e nem é prática, isoladamente. Para isso é imprescindível a explicitação do conceito que se tem da teoria e da prática. Para tanto, é importante passarmos pelo conceito da ação do professor, propriamente dita.

O papel do professor configura uma prática social, isto é, como tantas outras práticas por aí existentes, é um modo de se promover uma intervenção na realidade social, neste sentido, através da educação que se efetiva. Para facilitar a compreensão, é necessária entender o papel da atividade docente como prática.

J. G. Sacristán (1999), ¹ afirma que:

A prática foi institucionalizada. Os modos de educar ocorrem em diferentes âmbitos e contextos institucionalizados, configurando assim não só a cultura, mas também as tradições das instituições. Tal tradição configura o conteúdo e também o método da educação.

Já Zabala (1998²) salienta que:

Em termos de estrutura, a prática institucional molda-se à determinantes múltiplos, e justifica-se por meio de parâmetros de cunho institucionais e organizativos, além de tradições metodológicas das possibilidades reais dos docentes, bem como das condições físicas existentes.

Sendo assim, a *ação* se relaciona diretamente com os *sujeitos*, bem como as suas formas de agir e arquitetar o pensamento. Ademais, também encontra-se fortemente ligados à seus desejos, conhecimentos, opções, costumes, valores, leitura de mundo, maneira de ensinar, de estabelecer relações com os discentes, etc. O conjunto de ações realizadas pelos sujeitos são designadas pelas instituições nas quais atuam. Partindo desse ponto de vista, se o ideal é promover a alteração das instituições utilizando as teorias como aliadas nesse processo, é necessário que antes se compreenda a sobreposição existente entre os sujeitos e as instituições nas quais atuam e também entre o conjunto de ações desenvolvidas por eles nestas instituições e suas práticas.

3.2 - O Estágio como Parte Formadora do Professor

Um dos principais objetivos do Estágio Curricular é o de funcionar como sendo um espaço de construção de aprendizagens importantes no que toca o processo de evolução da formação docente. Isto é, em conjunto com as diversas disciplinas teóricas oferecidas no curso de formação, o estágio também atua como

¹ In: PIMENTA, Selma Garrido. LUCENA, Maria Socorro. Estágio e Docência. São Paulo. 6 ed. 2011.

² Idem.

facilitador da construção de conhecimentos e, deste modo, possui capacidade de promover o fortalecimento futuro do professor (CARVALHO, 1986)

Destarte, ao debater a respeito das distintas modalidades em que o estágio pode ser efetivado na escola, seja por meio de uma mera observação, regência ou até mesmo de uma participação mais consolidada, Carvalho (1986, p. 34) evidencia que a aprendizagem é construída de acordo com as experiências adquiridas e vivenciadas nos estágios, onde por meio das discussões e das teorizações cumprimos uma parte do mesmo destinada a essa finalidade.

Isso revela que a ida à escola não é por si só suficiente o bastante. É imprescindível que tanto as observações, quanto as participações a serem realizadas pelos discentes sejam, de fato, consideradas no currículo do curso de formação, inseridas em um espaço e tempo privilegiado, tendo em vista a necessidade de se efetivar uma abordagem crítica e um diálogo com o intuito de se promover a interação da realidade profissional com os inúmeros elementos que são estudados nos cursos de formação (ANA MARIA F.C. MONTEIRO et. al, 2007, p. 109).

Fonseca (2003, p. 60) aponta que:

Tornou-se lugar-comum afirmar que a formação do professor de história se processa ao longo de toda a sua vida pessoal e profissional, nos diversos tempos e espaços socioeducativos. Entretanto, é sobretudo na formação inicial, nos cursos superiores de graduação que, os saberes históricos e pedagógicos são mobilizados, problematizados, sistematizados e incorporados à experiência de construção do saber docente. Trata-se de um importante momento de construção da identidade pessoal e profissional do professor, espaço de construção de maneiras de ser e estar na futura profissão.

Destarte, é de extrema importância que o discente aproveite da melhor forma possível todas as etapas de sua formação, não com o intuito de se enxergar pronto, em todos os sentidos, para atuar, mas com o objetivo de se capacitar da melhor forma possível para a prática, sabendo que o processo de conhecimento e a efetivação de saberes diversos necessários à formação se efetiva ao longo de toda a sua vida pessoal e profissional, bem como está supracitado.

4. REGÊNCIA DAS AULAS

4.1. Primeiro encontro de Regência

No dia 21 de maio do corrente ano, realizei a primeira visita na escola campo de estágio, sendo recebida pela diretora, que me apresentou a professora regente de História. Essa foi muito atenciosa e compreensiva, me repassando todas as informações necessárias. Sem receio algum de sua parte, me permitiu ministrar suas aulas com duração de 45 minutos, na turma do 1º ano do Ensino Fundamental.

Meu primeiro contato em sala de aula (21/05/2014) foi na turma do 1º ano, composta por quarenta alunos, com faixa etária de 17 a 18 anos, todos estavam eufóricos e agitados, porém me receberam com muita atenção e curiosidade. O conteúdo trabalhado foi “A Era Vargas”, que havia sido iniciado pela professora, através de um texto. Mas para que eu pudesse contextualizar esse assunto, resolvi levar para a sala de aula slides. Primeiramente realizei a leitura oral e coletiva, trouxe alguns questionamentos a respeito do tema e em seguida iniciei o conteúdo de forma explicativa e expositiva, onde os alunos interagiram oralmente e fizeram a atividade proposta. Os recursos utilizados para essas aulas foram lousa e material impresso.

O processo de ensino – aprendizagem depende muito da relação entre professor e aluno e da metodologia utilizada, pois a realidade discente é variada, e nem sempre o que funciona em uma turma, surtirá efeito positivo na outra. LUCKESI (1994), ao discutir a respeito dos procedimentos de ensino no cotidiano escolar argumenta:

Será que nós professores, ao estabelecermos nosso plano de ensino ou quando vamos decidir o que fazer na aula, nos perguntamos se as técnicas de ensino que utilizaremos têm articulação coerente com nossa proposta pedagógica? Ou será que escolhemos os procedimentos de ensino por sua modernidade, ou por sua facilidade, ou pelo fato de dar menor quantidade de trabalho ao professor? Ou, pior ainda, será que escolhemos os procedimentos de ensino sem nenhum critério específico? (LUCKESI, 1994, p.155).

Com base nessa ideia, é possível afirmar que as estratégias de ensino são de grande importância para a prática docente, porém, as mesmas devem ser direcionadas de acordo com a realidade de cada turma. Dessa forma, a aula se torna prazerosa e estimulante para ambas às partes, evitando também a questão dos “improvisos” que é um sério problema causado pela falta de planejamento e responsabilidade do professor para com a educação. Nessa perspectiva, a grande dificuldade para o aluno-estagiário, é a restrição em planejar e direcionar as aulas

com sua própria metodologia, porque ele está numa sala de aula de outro professor, e este por sua vez, faz suas exigências a respeito de como ele quer que um determinado conteúdo seja trabalhado.

“O ato de planejar significa ver claramente, por fim, o planejar exige princípios, meios e fins. O ato de planejar é a atividade intencional pela qual se projetam fins e se estabelecem meios para atingi-los.” (Ibid, p. 115).

Sendo assim, o professor que não planeja, dificilmente terá êxito no processo de ensino e aprendizagem, no caso do professor de História, deve ter um cuidado especial no planejamento e nas avaliações. Pois esse ensino ainda é visto por muitos como um conteúdo enfadonho, difícil, complicado e pouco estimulante. Diante dessas observações, o professor deve recorrer a métodos dinâmicos e criativos no intuito de estimular e motivar seus alunos a participarem ativamente das atividades, construindo em sala de aula um ambiente propício à troca de conhecimentos e experiências.

4.2. *Segundo encontro de Regência*

No segundo dia de estágio (28/05/2014), ministrei três aulas na turma do 1º ano. Apesar do grande número de alunos, a turma demonstrou disciplina e interesse, me fizeram algumas perguntas a respeito da minha vida pessoal e profissional, e após essa rápida conversa informal, iniciei minha aula, trabalhando o seguinte conteúdo “O Governo Provisório”, um assunto muito complexo, ao qual infelizmente, não pude utilizar o equipamento de data show, como havia planejado devido a algumas restrições técnicas. Mesmo assim, considerei uma aula bastante proveitosa e participativa.

Como não foi possível trabalhar com detalhes, todas as atenções foram direcionadas de imediato ao conteúdo, foi feita a distribuição de material impresso, incentivei a colaboração na leitura coletiva, fiz toda a exposição do conteúdo, utilizando exemplos do nosso cotidiano, com o objetivo de fugir da decoreba de regras, que perpetua no ensino da História, tentando fazer uma reflexão a respeito

de cada circunstância que estes acontecimentos nos remetem, levando em consideração a importância do conteúdo.

Dessa forma, torna-se mais que evidente a necessidade de uma conscientização e reformulação do ensino da História em sala de aula, de modo que o mesmo traga uma contribuição significativa para o educando.

4.3. Terceiro encontro de regência

No dia 04/06/2014, ministrei aulas na turma do 1º ano (no terceiro e quarto e quinto horários. Nesta sala pude trabalhar a questão de “Vargas de 1934 a 1937 e O Estado Novo”. A aula foi explicativa e expositiva, com uso de texto e exemplificações do cotidiano daquele período, o recurso utilizado foi lousa, livro didático e material impresso. Após concluir o conteúdo, os alunos fizeram uma atividade, que foi corrigida com a participação de todos. Esta turma apresentou uma resistência e desinteresse na leitura do texto, o que dificultou a leitura silenciosa, oral e coletiva.

Infelizmente, em função do restrito tempo de estágio, não foi possível colocar em prática ações para o aprimoramento dessa visão distorcida da leitura em sala de aula, mas conversei com o professor regente, o mesmo confessou a dificuldade da turma e afirmou que está engajado em projetos pedagógicos que visam conscientizar os educandos da importância da leitura e da escrita, não apenas na sala de aula, mas também na sua vida pessoal e social.

Diante do que foi exposto, fica evidente minha dificuldade em trabalhar de forma inovadora e dinâmica, pois o professor regente recorre à metodologia tradicional do ensino da História, que resulta em uma imagem distorcida desse ensino por parte do alunado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da vivência em sala de aula e em todo ambiente escolar, é possível concluir que a escola campo enfrenta sérios problemas comuns na educação, e infelizmente trabalha essas questões sem o apoio de políticas públicas, realidade encontrada em todas as escolas brasileiras.

A experiência em sala de aula, foi bastante significativa, percebi a grande resistência em inovar o ensino de História, e essa constatação, me motiva na busca de um diferencial, do dinamismo, da inovação na sala de aula, pois o alunado precisa ser conscientizado da extrema importância do estudo dos acontecimentos importantes para a sociedade, e o professor exerce o papel principal nesse processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, o Estágio Supervisionado foi um momento de grandes reflexões a respeito das teorias estudadas no curso de licenciatura e a realidade vivenciada em sala de aula. Muitas dificuldades e obstáculos foram encontrados para a sua realização, mas a execução desse trabalho acadêmico contribuiu de forma grandiosa, na minha formação pessoal e profissional.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL, SEF. *Parâmetros curriculares nacionais: História: 1º e 2º ciclos*. Brasília: SEF, 1997.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Prática de Ensino: Os Estágios na Formação do Professor**. São Paulo: Pioneira, 1986.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MONTEIRO, Ana Maria F.C. Et al. (Org.) *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Muad X: FAPERJ, 2007.

SACRISTÁN, J. G. *Poderes instáveis em educação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.

VASCONCELOS, Iolane. *A metodologia enquanto ato político da prática educativa*. In: CANDAU, Vera Maria (Org.) *Rumo a uma nova didática*. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

7. ANEXO

7.1 PLANO DE AULA

Escola: Escola Estadual de Ens. Fundamental e Médio Mons. Odilon Alves Pedrosa

Estagiário: Marbia Félix Falcão Ferreira

Professora: Juliana Elizabeth Teixeira do Nascimento

Turma: 1 ano do ensino médio

Conteúdo

- A era Vargas

Objetivo Geral

- Situar os acontecimentos históricos do período de Vargas, as formas de repressão ocorridas no período, a fim de conhecer e respeitar as diferentes manifestações culturais.

Objetivos Específicos

- Identificar as particularidades políticas do período, através de imagens, filmes, documentários e cartazes que sintetizem esse momento histórico.
- Compreender as diversas formas de valores e de consciência social presentes em alguns movimentos artístico-culturais da época, como peças teatrais, filmes, músicas.
- Discutir os conflitos ocorridos e compreender seus motivos;

Metodologia

Com o material de apoio necessário para iniciar a aula, no primeiro momento abordei a Era Vargas, perpassando pelo Governo Provisório, para depois dar sequência a Vargas de 1934 a 1937 e o Estado Novo, abordando todo o seu desenvolvimento e a participação do Brasil nesta fase de sua história política e social, objetivando transpassar o conteúdo trabalhado de forma a possibilitar a maior compreensão possível do aluno. Após a exploração do assunto, será distribuído um exercício de sondagem para a verificação da aprendizagem.

Recursos utilizados

- Apostila;
- Livro didático
- lousa
- Data show

Avaliação

A avaliação será contínua de acordo com a participação e interação dos alunos como também, na aplicação de exercícios escritos e orais, tendo como objetivo, avaliar as competências adquiridas pelos alunos com relação ao assunto abordado na sala de aula.

1. RESUMO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS AULAS

A ERA VARGAS

Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, de forma contínua (de 1930 a 1945). Esse período foi um marco na história brasileira, em razão das inúmeras alterações que Getúlio Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

A Era Vargas, teve início com a Revolução de 1930 onde expulsou do poder a oligarquia cafeeira, dividindo-se em três momentos:

Governo provisório (1930 - 1934)

O Governo Provisório teve como objetivo reorganizar a vida política do país. Neste período, o presidente Getúlio Vargas deu início ao processo de centralização do poder, eliminando os órgãos legislativos (federal, estadual e municipal).

Diante da importância que os militares tiveram na estabilização da Revolução de 30, os primeiros anos da Era Vargas foram marcados pela presença dos “tenentes” nos principais cargos do governo e por esta razão foram designados

representantes do governo para assumirem o controle dos estados, tal medida tinha como finalidade anular a ação dos antigos coronéis e sua influência política regional.

Esta medida consolidou-se em clima de tensão entre as velhas oligarquias e os militares interventores. A oposição às ambições centralizadoras de Vargas concentrou-se em São Paulo, onde as oligarquias locais, sob o apelo da autonomia política e um discurso de conteúdo regionalista, convocaram o “povo paulistano” a lutar contra o governo Getúlio Vargas, exigindo a realização de eleições para a elaboração de uma Assembléia Constituinte. A partir desse movimento, teve origem a chamada Revolução Constitucionalista de 1932.

Mesmo derrotando as forças oposicionistas, o presidente convocou eleições para a Constituinte. No processo eleitoral, devido o desgaste gerado pelos conflitos paulistas, as principais figuras militares do governo perderam espaço político e, em 1934 uma nova constituição foi promulgada.

A Carta de 1934 deu maiores poderes ao poder executivo, adotou medidas democráticas e criou as bases da legislação trabalhista. Além disso, sancionou o voto secreto e o voto feminino. Por meio dessa resolução e o apoio da maioria do Congresso, Vargas garantiu mais um mandato.

Governo Constitucional (1934 – 1937)

Nesse segundo mandato, conhecido como Governo Constitucional, a alteração política se deu em volta de dois ideais primordiais: o fascista – conjunto de ideias e preceitos político-sociais totalitário introduzidos na Itália por Mussolini –, defendido pela Ação Integralista Brasileira (AIB), e o democrático, representado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), era favorável à reforma agrária, a luta contra o imperialismo e a revolução por meio da luta de classes.

A ANL aproveitando-se desse espírito revolucionário e com as orientações dos altos escalões do comunismo soviético, promoveu uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas. Em 1935, alguns comunistas brasileiros iniciaram revoltas dentro de instituições militares nas cidades de Natal (RN), Rio de Janeiro (RJ) e Recife (PE). Devido à falha de articulação e adesão de outros estados, a chamada Intentona Comunista, foi facilmente controlada pelo governo.

Getúlio Vargas, no entanto, cultivava uma política de centralização do poder e, após a experiência frustrada de golpe por parte da esquerda utilizou-se do episódio para declarar estado de sítio, com essa medida, Vargas, perseguiu seus oponentes e desarticulou o movimento comunista brasileiro. Mediante a “ameaça comunista”, Getúlio Vargas conseguiu anular a nova eleição presidencial que deveria acontecer em 1937. Anunciando outra calamitosa tentativa de golpe comunista, conhecida como Plano Cohen, Getúlio Vargas anulou a constituição de 1934 e dissolveu o Poder Legislativo. A partir daquele ano, Getúlio passou a governar com amplos poderes, inaugurando o chamado Estado Novo.

Estado Novo (1937 – 1945)

No dia 10 de novembro de 1937, era anunciado em cadeia de rádio pelo presidente Getúlio Vargas o Estado Novo. Tinha início então, um período de ditadura na História do Brasil.

Sob o pretexto da existência de um plano comunista para a tomada do poder (Plano Cohen) Vargas fechou o Congresso Nacional e impôs ao país uma nova Constituição, que ficaria conhecida depois como "Polaca" por ter sido inspirada na Constituição da Polônia, de tendência fascista.

O Golpe de Getúlio Vargas foi organizado junto aos militares e teve o apoio de grande parcela da sociedade, uma vez que desde o final de 1935 o governo reforçava sua propaganda anticomunista, alarmando a classe média, na verdade preparando-a para apoiar a centralização política que desde então se desencadeava. A partir de novembro de 1937 Vargas impôs a censura aos meios de comunicação, reprimiu a atividade política, perseguiu e prendeu seus inimigos políticos, adotou medidas econômicas nacionalizantes e deu continuidade a sua política trabalhista com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), publicou o Código Penal e o Código de Processo Penal, todos em vigor atualmente. Getúlio Vargas foi responsável também pelas concepções da Carteira de Trabalho, da Justiça do Trabalho, do salário mínimo, e pelo descanso semanal remunerado.

O principal acontecimento na política externa foi a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo, fato este, responsável pela grande contradição do governo Vargas, que dependia economicamente dos EUA e possuía uma política semelhante à alemã. A derrota das nações nazi fascistas foi a

brecha que surgiu para o crescimento da oposição ao governo de Vargas. Assim, a batalha pela democratização do país ganhou força. O governo foi obrigado a indultar os presos políticos, além de constituir eleições gerais, que foram vencidas pelo candidato oficial, isto é, apoiado pelo governo, o general Eurico Gaspar Dutra.

Chegava ao fim a Era Vargas, mas não o fim de Getúlio Vargas, que em 1951 retornaria à presidência pelo voto popular.